

Apresentação

Perspectiva e espaço público

Mas a busca da competitividade, tal como apresentada por seus defensores – governantes, homens de negócio, funcionários internacionais - parece bastar-se a si mesma, não necessita qualquer justificativa ética, como, aliás, qualquer outra forma de violência. A competitividade é um outro nome para a guerra, desta vez uma guerra planetária, conduzida, na prática, pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional, e com o apoio, às vezes ostensivo, de intelectuais de dentro e de fora da Universidade (Milton Santos, 1994, p. 19).

O tema deste número da Revista *Perspectiva - Educação, Política e Espaço Público* - coloca-se no âmbito das discussões realizadas em torno das políticas educacionais no Brasil e no mundo. Tornada central na década de 1990, a área educacional, contudo, tem se defrontado com o sistemático recuo por parte do Estado no que tange à sua responsabilidade em financiá-la, tendo chegado ao nefasto ponto, em alguns países, de ser entendida como política de ajuda. Por essa via, busca-se solapar a educação pública como bem público e direito universal erigindo-se em seu lugar valores derivados de uma mentalidade gerencialista na qual a performatividade, a produtividade e a razão mercadológica ocupam lugar destacado. A maior parte dos textos aqui reunidos discute, direta ou indiretamente, esse ideário.

O primeiro bloco de artigos volta-se à problemática da instituição educacional no atual contexto de desvalorização do espaço público. O ensino superior e a educação profissional vêm merecendo, nesse sentido, especial atenção por parte dos defensores do espaço público como *res pública*. A epígrafe traduz exemplarmente o espírito de época dominante no cenário mundial e, por que não dizer, mutilante da instituição educativa,

seja pelo deslocamento pragmático para a esfera dos interesses privados, seja pelas reinvestidas jurídicas governamentais cada vez mais ampliando a reconfiguração das instituições com vistas à construção de um *ethos* que descentra o público e afirma, definitivamente, o negócio como a salvação universal. A problemática ganha contundência na medida em que

normalmente os sistemas [dominantes] constituídos se consideram naturais e os únicos válidos a serem impostos a todos no mundo inteiro. Tal fenômeno ocorre, nos dias atuais (...) com o monoteísmo político do neoliberalismo e com o fundamentalismo do mercado. Alguns ideólogos vêem a ambos como o fim e a culminância da história (Boff, 2000, p. 85).

Ao concluir o seu livro *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, Eric Hobsbawm (1995, p.561, grifo nosso) assinala: “O que escrevi [...], pode confirmar o que muitos sempre suspeitaram, que a história – entre muitas outras coisas, e mais importantes – é o registro dos crimes e loucuras da humanidade”. Podemos dizer, aqui, que abdicar do espaço público significa abrir mão de um dos caminhos para instituir uma civilização planetária justa – em contraposição às múltiplas violências contra o gênero humano e a natureza em sua inteireza, um dos crimes e loucuras da humanidade na passagem de milênio. A insistência já sistemática dos dois últimos governos brasileiros no sentido de dismantelar, por exemplo, as Instituições Federais de Ensino Superior – IES – e os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs – instituições de reconhecida contribuição à sociedade brasileira e de reconhecida qualidade de ensino e pesquisa, é parte da expressão da atual loucura de desvalorizar a qualquer custo o espaço público.

No entanto, a contradição é marca do movimento histórico. A história não é apenas hegemonia. Resistências e superações do discurso único/espírito absoluto se (im)põem na medida em que as violências simbólicas e materiais expressam prejuízos inequívocos ao avanço civilizatório. Assim, a crítica e a alternativa são, também, expressão da história¹.

O primeiro bloco de artigos inicia com o texto **Rumo à Universidade Competitiva**, de autoria de Valdemar Sguissardi, que afirma, sem concessões, que “na modernização conservadora a universidade perde sua face, sua alma e sua identidade históricas”. O autor identifica “teses

e exigências da chamada modernização conservadora nas quais se apoiam as políticas e ações de reforma da educação superior no Brasil” e procura demonstrar “mediante que mecanismos estão sendo postas em prática e com que previsíveis conseqüências para a identidade histórica da universidade”. O movimento conservador nos possibilita visualizar, sem desvio de ótica algum, que, ainda segundo Sguissardi, “No final do século XX e limiar do século XXI, a educação superior constitui-se em alvo privilegiado dos que – indivíduos e organizações – vêem o mundo como um imenso e promissor *mercado*”. E continua: “Campo de sonhadas futuras inversões comerciais, desde o ano de 1994 os *serviços educacionais*, em especial os do ensino superior, constam da agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC) como objeto de liberalização comercial competitiva”. Estaríamos, pois, ante um “imperialismo da razão neoliberal”² também na instituição educacional.

O segundo artigo, de autoria de Domingos Leite Lima Filho, sob o título **Impactos das recentes políticas de educação e formação de trabalhadores:** desescolarização e empresariamento da educação profissional, analisa o “processo de Reforma da Educação Profissional no Brasil iniciado nos anos de 1990” sob a tutela dos organismos internacionais. A ênfase, aqui, é de que tal tutela consiste no esvaziamento programado do espaço público na formação profissional. Assim, o autor conclui que “a reforma constitui uma estratégia de utilização de recursos públicos que induz à desescolarização e empresariamento das instituições públicas e à promoção do mercado privado de educação profissional”. Vale destacar, ainda, que a tutela alcança um espectro jamais visto na história da educação brasileira, eis que, segundo as palavras do autor, “os diagnósticos produzidos pelo Banco Mundial, CEPAL e Banco Interamericano de Desenvolvimento exercem influência direta sobre a política educacional no Brasil, seja no teor dos instrumentos legais, seja na aplicação da legislação, mediante o estabelecimento de condições para a utilização dos recursos em programas nos quais aqueles organismos participam como financiadores”.

O terceiro e último artigo do primeiro bloco, intitulado **Sistemas públicos de educação básica e relações intergovernamentais:** ação da União e a autonomia dos sistemas locais de ensino, de autoria de Marisa Ribeiro Teixeira Duarte, diferentemente dos dois primeiros artigos, ocupa-se principalmente da educação básica e da relação da União

com as unidades municipais, estas designadas de poder local. No que se refere ao financiamento da educação básica, o artigo faz transparecer a tutela da União sobre os municípios, tornando, assim, apenas formal a autonomia municipal. Nesses termos, a autora parte da premissa da “importância da autonomia política dos governos locais para o desenvolvimento da democracia, embora nem sempre concepções de descentralização político-administrativas contenham em si soluções democráticas” e indaga, a partir da referência da Emenda Constitucional nº 14/96, “que tipo de autonomia dos sistemas municipais de ensino foi engendrada pós-1996” no Brasil.

Na seqüência, aparecem dois artigos que centram a temática informação - comunicação. Se, por um lado, essa temática constitui um novo bloco de artigos, por outro, o conceito público permanece como definidor de um *ethos* que supere a exclusão social. O primeiro artigo do segundo bloco, de Francisco das Chagas de Souza, intitulado **Lutar por direitos humanos, informação e cidadania**: compromisso cívico-político de profissionais das ciências da informação, educadores e comunicadores sociais, denuncia e demonstra o trato, cada vez mais mercadológico, da informação e da comunicação no mundo capitalista. Entre outros, o autor explicita as alegações já sistematizadas para justificar a exclusão dos já excluídos, ou marginalmente incluídos, dos serviços da informação e da comunicação e sugere que

os profissionais das ciências da informação, educadores e comunicadores sociais façam a reflexão em torno de que atuação política poderiam ter, como cidadãos, para auxiliar a sociedade a conquistar, progressivamente, com um pouco mais de sucesso, os meios que lhe reforçariam o alcance dos benefícios da plena cidadania.

O segundo artigo do segundo bloco, de autoria de Stephen Drodge, intitulado **O papel das bibliotecas públicas no apoio ao aprendizado adulto: considerações sobre a experiência inglesa**, analisa a experiência britânica de bibliotecas e tenta organizar um quadro teórico de referência sobre seu papel, tendo como base a literatura mais ampla sobre o aprendizado adulto e as bibliotecas. Hoje as bibliotecas públicas, incluindo os serviços de comunicação eletrônica, seriam, entre outros,

um importante suporte na superação da exclusão social na designada sociedade do conhecimento, esta experimentando o problema do “divisor digital”. Contudo, segundo o autor, “Se existe uma longa história de bibliotecas fornecendo apoio para estudantes adultos, não significa que eles tenham sido vistos constantemente como os clientes-chave para as bibliotecas, nem que elas sempre tenham sido percebidas como elementos importantes no edifício da educação de adultos”.

O terceiro bloco de artigos volta-se à globalização e interculturalismo. Inaugura o bloco o artigo **Globalización, educación y diversidad cultural**, de José Marín. Segundo o autor, “A evangelização dos ‘pagãos’; a civilização dos ‘selvagens’ e o mito do desenvolvimento dos ‘subdesenvolvidos’ e da atual globalização econômica e cultural, não são senão períodos de um mesmo processo histórico de dominação econômica, política e cultural através da imposição do etnocentrismo ocidental no mundo e em suas constantes redefinições do ‘ocidental’, como a visão de mundo e o conjunto de seus sistemas de valores como universais com relação ‘aos outros’”. A globalização atual, significando a “expansão planetária do capitalismo” implica, ainda, “a imposição de uma standardização cultural, chamada também por alguns estudiosos ‘McDonaldização cultural’”. Ante tal globalização, que tende a “uniformizar e depredar”, o autor chama a atenção para a “importância de preservar a diversidade cultural”. Na perspectiva intercultural seria a educação uma possibilidade de preservação da diversidade cultural e, portanto, do diálogo de culturas.

No segundo artigo do terceiro bloco, de autoria de Reinaldo Mathias Fleuri, intitulado **Educação intercultural**: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais, o autor discute “epistemologicamente a perspectiva intercultural da educação, focalizando no contexto brasileiro as relações de identidade e diferença que se desenvolvem em *movimentos sociais*, assim como na educação popular e escolar”. Segundo o autor, “o paradigma da complexidade revelou-se uma perspectiva epistemológica fecunda para tornar possível um salto lógico necessário à compreensão crítica do conceito e das propostas de educação intercultural”. Tal salto lógico permitiria, segundo o autor, “aprofundar a concepção de educação, entendida como a promoção de *contextos e processos relacionais estratégicos* que permitam a *articulação entre diferentes contextos culturais*”. Assim “a própria concepção de *educador* pode ser elaborada em uma nova óptica”.

O quarto bloco é composto por dois artigos que discutem os conceitos de teoria e prática. Introduz esse bloco o trabalho de Alexandre Fernandez Vaz, **Notas sobre a relação Teoria e Prática em Antonio Gramsci e Theodor W. Adorno & Max Horkheimer**, que tem por base ‘a relação de afirmação entre teoria e prática (Gramsci)’ e ‘a tensão permanente entre teoria e prática (Adorno e Horkheimer)’. Queremos enfatizar as palavras finais do autor:

Pensando com as notas de Gramsci e com os ensaios e aforismos de Horkheimer e Adorno, talvez seja o caso de apostar em um momento de unidade entre teoria e prática, para que se possa *realizar* a história, mas também – e principalmente – pensar essa relação como *separação necessária*, para que a contingência possa ser objeto de reflexão crítica, e para que não adentremos as águas muito navegáveis das verdades facilitadas.

No segundo artigo do quarto bloco, **Apontamentos sobre a categoria práxis na Teoria Crítica**, de autoria de Moacir Fernando Viegas, o autor procura “compreender os escritos mais recentes da teoria crítica no contexto do materialismo histórico e dialético, apreendendo os possíveis desenvolvimentos ou rupturas”. Entre outros, o autor destaca “a prática social dos trabalhadores e o papel que possui essa prática na transformação da história” e a compreensão “da valorização que dão os teóricos de Frankfurt à teoria, para que não se compreenda os seus ‘exageros’ críticos como uma secundarização do papel ocupado pela práxis na teoria crítica”.

O último bloco, diferentemente dos anteriores, é constituído por artigos que não têm uma articulação temática mais estreita entre si. Embora o termo prática possa ser uma das referências dos artigos em questão, cabe dizer que as bases teórico-metodológicas são diferentes. O primeiro artigo deste bloco, de autoria de Gloria E. Edelstein, intitulado **Problematizar las prácticas de la enseñanza**, reflete sobre o tema das práticas de ensino, centrando a análise nas “práticas docentes e suas relações, na relação forma-conteúdo e seu caráter fundante nos processos de ensino, na suposta complexidade dessas práticas e nos debates da flexibilidade orientados à profissionalização do trabalho docente”. Vale registrar que a autora entende “o ensino

como uma atividade intencional (...) que põe em jogo, explícita ou implicitamente, distintas racionalidades”. Nesses termos, a autora termina afirmando que "o labirinto de problemas explícitos e implícitos, ocultados e desvelados nos impõe cautela, reconhecimento dos limites da razão, aceitação da força dos conflitos, bem como implicação mútua de teoria e prática em um processo".

O segundo artigo do bloco, de autoria de Mal Leicester, **Educação Superior e qualidade de ensino**: um mapa conceitual, explícita a experiência da Agência de Garantia de Qualidade (AGQ), “responsável pela avaliação da qualidade de ensino das universidades inglesas e de seus departamentos”. A descrição da experiência AGQ e o trabalho conceitual da autora estão permeados pelas seguintes questões: “O que queremos dizer com ‘qualidade’ e ‘qualidade de ensino’? Qual a diferença entre ‘qualidade de ensino’ e ‘garantia de qualidade’? Qual a relação entre ‘padrão de ensino’ e ‘qualidade de ensino’ na educação superior?” Finalizando, a autora afirma que “existem pelo menos quatro sentidos inter-relacionados de ‘padrões acadêmicos’ e que ‘bom ensino’ no ensino superior conecta com todos”. Estabelecendo, aqui, uma ligação com o primeiro bloco de artigos, vale destacar que a experiência analisada pela autora é, certamente, um referencial das autoridades do ensino superior do Brasil, posto que a experiência inglesa, em sentido lato, é apontada reiteradamente como modelo a ser seguido.

No terceiro artigo do bloco e último da revista, de Heloísa Helena Pimenta Rocha e José Gonçalves Gondra, **A escola e a produção de sujeitos higienizados**, os autores procuram “refletir sobre o processo de escolarização no Brasil, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX”, interrogando “se a educação compareceu no amplo projeto de intervenção social formulado pela corporação médica (...) e como a mesma foi configurada no interior desse projeto”. Os autores detiveram-se, “mais precisamente, na análise das representações construídas acerca do corpo físico dos alunos e alunas, de modo a testar a hipótese da permanência das mesmas na transição entre os séculos XIX e XX”. Higienização, racionalidade médica e organização escolar seriam conceitos a compor um mesmo corpo doutrinário no período estudado e destinado a "manter e expandir a legitimidade médica para cuidar dos indivíduos e da sociedade".

Esperando responder, como um dos espaços da universidade pública, aos desafios da publicização do conhecimento, deixamos aos leitores mais este número da Revista *Perspectiva*.

Organizador
Ari Paulo Jantsch

Notas

- 1 Nesse particular, vale registrar o que o IV Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (Brasil), sediado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, com a temática geral *Na contracorrente da universidade operacional* e comprometido com o *ethos* público diz em sua apresentação: “Estamos habituados a pensar a universidade como importante e consagrado patrimônio social de interesse público. Em sua necessária universalidade, esta instituição sempre foi vista como instância privilegiada no continuado processo que presentifica, cria e difunde a experiência cultural e científica da sociedade e, por isso mesmo, como *locus* fundamental da construção da identidade sociocultural de um país. Hoje, porém, tal caráter parece ter perdido rumo e direção. A universidade vem sendo progressivamente destruída como espaço público, firmando-se a idéia que sua vocação é formar para o interesse privado” (Folder do Evento, 2002; Evangelista, O. e Moraes, M. C. M de. “A universidade dilacerada”, texto para discussão, PPGE/UFSC, 2001). É válido, ainda, registrar que a *Perspectiva* tem assumido a defesa da crítica como uma mediação que possa garantir, através da voz dos intelectuais, a universidade como instituição pública. Vejamos: “A crítica é necessária, em particular, no momento em que presenciamos, na mídia mundial, a mão forte e (in)visível da propaganda – também forma precisa de pedagogia – visando legitimar toda ordem de violência cometida contra a humanidade. A encruzilhada em que nos encontramos – civilização que a todos abrigue com dignidade ou a barbárie da lógica da exclusão – violenta e/ou demonizante – exige um olhar crítico e uma prática capazes de apreender e intervir na instituição de uma sociedade mundial erigida sob critérios inclusivos, que não abre mão da defesa da justiça social em qualquer ‘mesa de negociações’” (*Perspectiva*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2001, p. 262 - Editorial).

- 2 Quanto à hegemonia sem precedentes do capitalismo global, numa possível polifonia com outros autores, podemos assumir como nossas as seguintes palavras de Hobsbawm (1995, p. 562): "Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode seguir *ad infinitum*." E segue Hobsbawm: (ibidem) "Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão".

Referências

- BOFF, L. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os homens*. Brasília: Letraviva, 2000.
- EVANGELISTA, O.; MORAES, M. C. M de. *A universidade dilacerada*. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2001. (texto para discussão).
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JANTSCH, A. P.; MORAES, M. C. M. de. Intelectuais e Perspectiva. *Perspectiva*, Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 261-269, jul./dez. 2001.
- SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. SANTOS, M. et al. (Orgs). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec-ANPHU, 1994. p. 15-22.